

# **Exposição às violências físicas, sexual, psicológica e negligências, suas implicações no processo de alfabetização de crianças com deficiências:Uma análise bibliográfica de pesquisas psicosocioemocionais e neorcientíficas**

Débora Karoline Silva dos Santos Alve<sup>1</sup>

Orientação: Prof. Dr. Thiago Ramos de Albuquerque<sup>2</sup>

## **Resumo:**

A escrita que se segue pretende pesquisar e apresentar um público ainda muito desprezado em meio ao alunado brasileiro, PCDs diversos, com o objetivo de analisar trabalhos psicosocioemocionais e neurocientíficos acerca do impacto da exposição a violências física, sexual, psicológica e negligências no processo de alfabetização de crianças com deficiências diferentes, pertencendo assim a um grupo de pesquisas qualitativas relacionado à educação especial e ou inclusiva ainda muito renegada em meio aos trabalhos de formação inicial de professores e que enfrenta diversos desafios na realidade educacional atual, se propondo assim a provocar pesquisas ainda mais detalhadas na área, fomentando novos debates sobre uma didática verdadeiramente inclusiva e acolhedora e que de fato dialoga com as experiências de violências e traumas que muitos estudantes carregam consigo e que ainda são tão pouco examinadas e tratadas da melhor forma possível em cada caso.

**Palavras- chaves:** VIOLÊNCIAS. TRAUMAS. ALFABETIZAÇÃO. DEFICIÊNCIAS. APRENDIZAGEM

## **. Abstract:**

This paper investigated and presented a focus on diverse students with disabilities, aiming to analyze psychosocial-emotional and neuroscientific research regarding the impact of exposure to physical, sexual, psychological, and neglect-related violence on the literacy process of children with different disabilities. It therefore belongs to a group of qualitative studies related to special and/or inclusive education, in an area still largely overlooked in initial teacher-training programs and one that faces numerous challenges in the current educational context. The findings highlight the effects not only of direct and interpersonal violence but also of symbolic and institutional violence on children's learning, which becomes even more pronounced in the case of students with disabilities and neurodivergent

learners. We thus propose the need for more detailed studies in the field, encouraging new debates on truly inclusive and welcoming pedagogical approaches that genuinely engage with the experiences of violence and trauma many students carry with them—experiences that remain insufficiently examined and addressed in their entirety.

**Keywords:** Violence; Literacy; Disabilities; Learning.

## **1. INTRODUÇÃO: Como ensinamos e quem aprende ? Estudantes traumatizados (nas) escolas modernas**

O Brasil possui altos índices de adoecimento mental segundo os últimos dados da OMS (Organização Mundial da saúde) em resultados de pesquisa de 2019 onde já éramos 86% da população, a questão se torna mais alarmante quando olhamos para os grupos mais afetados no contexto pedagógico; professores, crianças e adolescentes, constantemente sofrendo com seus emocionais abalados e refletindo isso em suas relações cada vez mais doentias, segundo pesquisas como de WALLON, BANOV (2020) e TORRES (2021) nas áreas do impacto psicosocioemocional da aprendizagem, boa parte desse adoecimento advém de traumas vivenciados na infância e esses ainda impactam na capacidade de aprendizagens fundamentais também adquiridos boa parte durante o mesmo período da vida humana.

Sentimentos como medo, tristeza, raiva, vergonha, ansiedade, entre outros, podem ser fatores que influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno, o que pode explicar comportamentos agressivos, desmotivados ou desafiadores. Por isso, quando o processo inicial de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita é analisado deve-se levar em conta também os aspectos sociais e emocionais, os quais incluem a preocupação com o desenvolvimento das habilidades e das competências socioemocionais (BANOV, P. 11, 2020)

Autores como FERRO, OLIVEIRA e CASANOVA (2023), AZEVEDO E GUERRA (1998), ROCHA (2019) e alguns outros da psicopedagogia e neurociência reforçam que traumas oriundos da exposição ou vivência de experiências de violências diversas, impactam em partes do cérebro diretamente ligadas às aprendizagens, principalmente as visuais como o hemisfério esquerdo do cérebro e o córtex pré-frontal que atuam na obtenção da língua escrita que segundo estudos de COSTA (2015) e do neurocientista francês Stanislas Dehaene (2021) são formados em uma relação direta entre leitura gráfica e sonora, ou seja, o problema das

relações familiares e culturais extremamente recheado de violências físicas, sexuais, psicológicas, emocionais, negligências entre outras presentes e às vezes normalizadas na sociedade brasileira criam outras problemáticas de aprendizagem e comportamento nas escolas e na sociedade como um todo.

As realidades conhecidas atualmente e presentes nas mídias são da descobertas de casos e mais casos de abuso e violência contra infantis, segundo o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil 2021-2023 realizado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), são contabilizadas 15.101 vítimas letais de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e 164.199 vítimas de estupro e estupro de vulnerável entre 0 e 19 anos, além de casos de violência causados por crianças e adolescentes no ambiente escolar que segundo SANTANA (2021) se agravaram no período pós pandemia:

Logo, com a pandemia mundial, a necessidade de trabalhar questões socioemocionais teve um crescimento plausível; pois com o isolamento social, crianças, jovens e adultos desenvolveram problemas emocionais que afetam diretamente no seu crescimento e formação; além das suas relações com outros indivíduos, resolução de conflitos e tomada de decisões. (SANTANA, P. 7, 2021)

outro fator também é o aumento do número de crianças com dificuldades de aprendizagens laudados, recheando os âmbitos escolares de “novos desafios”, como dados do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2015), publicação da American Psychiatric Association que aponta uma porcentagem de 5 a 15% de crianças em idade escolar apresentando distúrbios de aprendizagem relacionados à leitura, escrita e matemática; também se faz necessário considerar aqui os diversos fatores que graças aos avanços científicos influenciam esses dados mas na presente escrita nos propomos a nos ater apenas ao enfoque e inquietação que essa pesquisa se pretende por se debruçar.

Conforme aspectos da realidade brasileira já demonstrado todos têm sido afetados por danos psicosocioemocionais e contribuições de grandes psicólogos da aprendizagem como Piaget, Wallon, Vygotsky já demonstra a estreita influência entre socioemocional e aprendizagem, além de demais pesquisas que correlacionam não só os impactos positivos das emoções mas os impactos negativos dos traumas na neuroplasticidade do cérebro infantil afetando o aprender, porém graças a psicopedagogia e essas demandas da realidade escolar brasileira já nos foi possível nessa pesquisa encontrar outros trabalhos nessa mesma área, porém buscando ainda em revistas, e sites de publicações acadêmicas como: SCIELO (de 2024-2025), *Revista educação especial em debate* (de 2016-2025), *Semana Academica* (2024-

2025), *RBA Revista brasileira de Alfabetização* (de 2015- 2025), *Revista científica multidisciplinar: núcleo do conhecimento* (2024-2025), *Revista Neurociência e Comportamento: Instituto psicologia da USP* (2024-2025), *Anais do CONEDU: Editora realize* (2024-2025), *Periodicos Unifesp* (de 1993- 2025), *ATTENA repositório digital UFPE* (2024-2025) não foi encontrado, ao menos nos últimos anos, trabalhos que abordem de forma integrada as temáticas e categorias aqui apresentadas, sobre esse impacto em uma parte da população brasileira que só cresce, as pessoas com deficiência e os atípicos, que compõem 18,6 milhões da sociedade brasileira segundo o PNAD (2022), mas que apesar de ser tratado como incluído nos âmbitos educacionais, pelo modelo constitucionalmente e amplamente aprovado de escola inclusiva, é tão pouco conhecido, valorizado, pesquisado, e antes de tudo ouvido e atendido em suas necessidades básicas.

Desse modo justificamos a necessidade de existência desse trabalho de conclusão de curso dado a aproximação pessoal dos autores com as comunidades de pessoas com deficiência, surdos e neorodivergentes, de modo familiar e em experiências formativas ao longo da trajetória acadêmica e profissional, principalmente por meio das experiências de ppp1 na única sala de educação bilíngue para surdos que a rede de Caruaru possui e PIBID, estágios alfabetizando alunos típicos e atípicos tidos como “fora de faixa”, contribuímos também com relevância social para todos os brasileiros adoecidos emocionalmente, profissionais da educação, pais, estudantes, além de todo o cidadão que busca compreender o que de fato influencia as aprendizagens e como educar com compreensão a partir disso, mas ainda trazemos uma relevância especialmente acadêmica e profissional para a educação brasileira e em específico para a área da educação especial, pública e psicopedagogia ainda relegada na didática pedagógica padrão e majoritária como um todo mesmo em suas infinitas contribuições inegáveis para diversos ramos do conhecimento e da educação, formulando assim uma pesquisa que tem por foco sujeitos e fenômenos integrais e plurais da vivência humana, em todos os seus aspectos desde o ser histórico, político, social, emocional, biológico, espiritual, intelectual e todas as demais facetas que carregamos.

É nesse contexto que a presente pesquisa levanta a seguinte problemática: De que forma a exposição às violências física, sexual, psicológica e negligências impacta o processo de alfabetização de crianças com deficiências diversas? Defendendo assim desde então o pressuposto de que as relações e experiências de exposição as violências física, sexual, psicológica e negligências afetam o processo de alfabetização infantil em crianças com

deficiência e desenvolvimento atípico, de modo qualitativo para tal não nos pretendemos definir respostas prontas e acabadas, nem muito menos dados detalhados pela escassez de tempo necessário para ir a campo e realizar análises outras, mas por a prova a tese criada com base em leituras e experiências práticas seguindo o enfoque escolhido de uma análise bibliográfica das pesquisas existentes nessas áreas de modo a comparar os conteúdos e provocar a construção de mais pesquisas nessa área, é de interesse da autoria principal dar continuidade a presente pesquisa porém de modo mais prático posteriormente em experiências de pós-graduação, por hora selecionamos os seguintes objetivos:

**Objetivo Geral:** Identificar os impactos da exposição a violência no processo de alfabetização de crianças com deficiências.

#### **Objetivos específicos:**

- I. Delinear como se dá o processo de alfabetização de crianças com deficiências em cada especificidade;
- II. Definir quais e como são as violências que mais afetam crianças com deficiências;

#### **2. METODOLOGIA DA PESQUISA: Caminhos possíveis para sanar inquietações pedagógicas**

Para atingir os objetivos delimitados na presente pesquisa foi escolhido tipificá-la por qualitativa pois se pretende a analisar textos e pesquisas que revelam dados extraído de fenômenos humanos e sociais que impactam muito além de aspectos biológicos, químicos ou eventuais ou que possam ser enumerados conforme destaca MINAYO (2009):

Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

(MINAYO, P. 10, 2009)

Compreendendo-se assim que mesmo que se fundamente em autores e pesquisadores da neurociência ou da área psicosocioemocional, os dados serão observados de modo exploratório para definir um perfil inicial a partir dos padrões de respostas de conteúdos encontrados com base na temática pressuposta e separações selecionadas conforme os

objetivos preestabelecidos, por meio de uma abordagem bibliográfica que se encarregará de cumprir essa estruturação conforme afirma GIL (2002):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos... A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL,P. 45,2002)

Desse modo o olhar desta pesquisa ganha amplitude para tempos e espaços outros, tendo como amostra livros, revistas, periódicos e sites acadêmicos como detalhado no quadro a seguir:

Categorias: Fontes:	Alfabetização de crianças com deficiências:	Violência contra crianças com deficiências:	Alfabetização e violência contra crianças com deficiências:
Revista Educação Especial em Debate (2016-2023)	0	0	0
Editora Realize - Anais CONEDU (2024-2025)	0	0	0
Revista Brasileira de Alfabetização (2015-2023)	4 trabalhos encontrados sobre alfabetização só de surdos	0	0
Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento (2024-2023)	0	0	0
Revista neurociência e Comportamento USP (2024-2025)	0	0	0
Editora UFPE (2024-2025)	0	0	0
Scielo Brasil	MENDES, Jacira amadeu e SCHMIDT, Leonete Luzia. <i>Alfabetização de crianças com deficiência matriculadas na rede regular de ensino</i> . 2016 SOUZA, Gislaine Fernandes Cabral. <i>Métodos didáticos de construção da autonomia na alfabetização e letramento de alunos com necessidades especiais: Uma revisão da literatura</i> . 2024	CRUZ, Daniel Marinho Cezar, SILVA, juliana Testa, ALVES,Heliana Castro. <i>Evidências sobre sobre violência e deficiência: Implicações para futuras pesquisas</i> . 2007 MENDES, Marlon José Gavilk; SCHROEDER, Tânia Maria Rocha; DENARI, Fátima Elisabeth. <i>Violência contra pessoas com deficiência: Um estudo de caso</i> . 2020	0
Google Acadêmico	ALVES, Elisângela Maria e PALOMA, Michely Isber Ruiz. <i>A importância da literatura infantil no processo de alfabetização e letramento de alunos portadores de necessidades especiais</i> . 2021	0	0

A tabela construída possui em si o resultado da pesquisa temática se utilizando das palavras chaves: ALFABETIZAÇÃO E DEFICIÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E DEFICIÊNCIAS e a união de ambas conforme descrito nas três categorias, e assim o resultado e ausência de textos encontrados em cada uma das fontes, as quais foram escolhidas por tratarem de temáticas próximas ao embasamento deste trabalho, logo já podemos demonstrar a escassez de pesquisas nas áreas sendo que o recorte temporal da maioria foi segundo o tempo de existência desses periódicos, adendo apenas para o *SCIELO* e *GOOGLE ACADÊMICO* onde foram solicitado apenas os últimos 10 anos, assim ficamos com 2 trabalhos para análise de dados na primeira categoria, e 3 para a segunda.

Portanto o instrumento de coleta de dados deste trabalho será a análise de conteúdo temática com base em BANDIN (1977) :

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise, como já foi referido, não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o «continente». A análise de conteúdo pode ser uma análise dos «significados» (exemplo: a análise temática (...)) (BANDIN, P. 19, 1977)

seguida pelo procedimento de categorização e descrição dos trabalhos seguindo os objetivos específicos da pesquisa, por essa escassez de dados a última análise também se dará por meio de uma inferência das demais leituras propondo um recorte que unifique as compreensões para concluir o que a fundamentação dessa pesquisa e o que os trabalhos comparados nela nos possibilita inferir da realidade prática e assim futuramente comprovar essas novas hipótese teórica resultantes por meio de análises de campos em outros trabalhos de mesma autoria.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O que sempre foi relevante ao ensino e aprendizagem:**

#### **3.1 Alfabetização e crianças com deficiências:**

Desde a invenção moderna da escrita por volta de 3200 a.C como registro da comunicação oral com a escrita cuneiforme sumeriana, o cérebro humano vem se desenvolvendo e assim a civilização humana se caracteriza nos dias atuais por um modo de vida grafocêntrico em todos os âmbitos sociais, até para ter acesso a algumas instituições e posições, e muitas outras questões convencionadas socialmente, mesmo assim segundo o IBGE (2022) o Brasil ainda possui uma população de 11,4 milhões de pessoas não alfabetizadas e que por isso estão socioeconomicamente a margem por não conseguir vivenciar os privilégios que a alfabetização e o conhecimento trazem consigo, mas esse cenário se torna mais chocante ao focarmos no grupo de pessoas com deficiências que segundo o mesmo censo do IBGE (2022) da população com 15 anos ou mais de idade, eram 2,9 milhões de pessoas com deficiência e analfabetas sendo localizados em sua maioria no nordeste.

Desse modo compreendemos que a alfabetização possui impactos multifacetados e pode ser ferramenta de inclusão ou exclusão social, tendo consigo diversas problemáticas que afetam o processo de aprendizagem, aumentando assim desigualdades sociais e também o acesso de uma camada mais pobre, rural, deficiente entre outras características aos espaços de poder que a língua escrita e o conhecimento podem oferecer conforme a perspectiva ampla de alfaletramento da autora MAGDA SOARES “Conclui-se que à natureza complexa do

processo de alfabetização, com suas facetas psicológicas, psicolinguística, sociolinguística e linguística, é preciso acrescentar os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que o condicionam...” (SOARES, Magda. P. 5, 1985)

Contudo o processo de obtenção de uma língua oficial e sua escrita não traz consigo apenas benefícios sociais e econômicos mas principalmente cognitivos para o desenvolvimento cerebral, de aprendizagem comunicação e compreensão de mundo, conforme os estudos na área da psicogênese da escrita da autora Emilía Ferreiro, explanados na pesquisa de CAMPELO (2015), que para a concretização deste feito determina:

Nessa reflexão, igualmente, consideramos que o nosso objeto de estudo (a alfabetização) acontece num processo, em que suas etapas evolutivas se constituem como aprendizagens conceituais que se (re)constroem na interação do sujeito do conhecimento (o alfabetizando) com o objeto de conhecimento (a língua escrita), em situações mediadas por outros sujeitos –professor/a, colegas – e pelo signo linguístico. (CAMPELO,P.5,2015)

Para se ensinar a ler e compreender um sistema de escrita alfabetico se faz necessário compreender como o cérebro aprende e o que a língua e a escrita provoca em sua evolução, seguindo assim os seguintes períodos descritos por FERREIRO (1995):

*1º período:* distinção entre a representação icônica e não-icônica; constituição das cadeias de letras como objetos-substitutos;

*2º período:* construção de modos de diferenciação: intrafigurais ou intra-relacionais; e interfigurais ou inter-relacionais;

*3º período:* fonetização da escrita.

tais estudos não atingiram o ponto de avaliar assim como a neurociência o impacto da língua e da escrita no cérebro humano, mas revolucionou o modo de ensino principalmente para as camadas mais pobres, sendo nos dias atuais usados como base as leis e currículos normativos do ensino público do país, porém uma questão não foi abordada em suas pesquisas e infelizmente em poucas outras no meio educacional, como se dá esse processo para as pessoas com deficiências? De mesmo modo os maiores autores na área de alfabetização no Brasil como: *Ana Teberoski, Magda Soares, Paulo Freire*, dentre outros também pouco se preocupam com a aprendizagem para deficientes em suas obras. Mas para revelar tal invisibilidade com base na explanação histórica dos autores AMIRALIAN, PINTO,

GHIRARD, LICHTIG, MASINI, PASQUALI (2000), as definições de deficiência podem ser delineada segundo o dicionário médico mundial da OMS, o CIDID:

*Deficiência:* perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN, PINTO, GHIRARD, LICHTIG, MASINI, PASQUALI, P.3, 2000)

No entanto os autores também criticam como a certo ponto essa definição sustenta um olhar desumanizante, mesmo assim a constituição brasileira reconhece a existência dos PCDs e busca assegurar seus direitos legais por meio da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 como “I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;” (PLANALTO, ART 3º 1989).

Caracterizando assim as deficiências e as pessoas com deficiência pelas seguintes categorias:

I - **deficiência física** - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparegia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004); II - **deficiência auditiva** - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004); III - **deficiência visual** - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004); IV - **deficiência mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004) e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho; V - **deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências. (PLANALTO, ART 4º, 1989)

Essa normativa já tem seus 36 anos de promulgação, mas socioculturalmente falando ainda existem muitas confusões acerca das deficiências e das capacidades de aprendizagem da pessoa com deficiência sendo desconsiderados e inferiorizados em muitos espaços educacionais como a própria academia, e os autores que existem se encontram em um submundo teórico, como autores importantíssimos da educação especial como *Ronice Muller de Quadros, Patrícia Rezende, Selma Silvia de Moura, Fernando Capovilla*, no ensino de

língua portuguesa para surdos, *Louis Braili* na criação do código linguístico para ensino de línguas escritas para cegos, Cláudia Regina Basso, Maria Teresa Eglér Mantoan e Denise Aparecida Freitas, no campo brasileiro da alfabetização para pessoas com deficiência intelectual, Sônia Maria Goulart, Ana Paula Campos, Luciana Mendonça Alves e Ana Arantes no cenário brasileiro da alfabetização de neurodivergentes.

Autores esses que apesar da sua relevância prática dada as carências da realidade educacional atual, não são considerados ou minimamente abordados de forma mais ampla nos currículos de formação inicial de professores, que assim chegam a realidade da sala de aula recheados de preconceitos e dúvidas e apenas mantêm as desigualdades vivenciada por essa parcela do Brasil, como ressalta o professor e PHD em psicologia experimental Fernando Capovilla em entrevista ao jornal *Gazeta do povo* (2020):

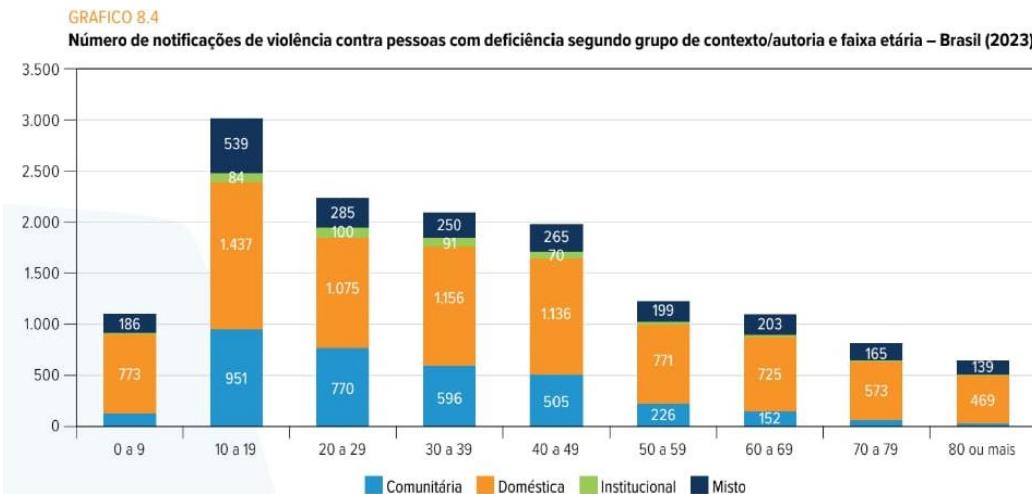
“Segundo a própria OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico], a formação inicial seria de enorme importância, mas é muito difícil de mudar a curto prazo devido à inércia do sistema universitário”

### **3.2 Violências física, sexual, psicológica e negligências na infância de PCDs:**

Os direitos infantis na sociedade humana são de certa forma recentes, visto que ainda em períodos como o berço do direito na Grécia e Roma antiga as crianças eram violentadas e usadas como escravos, mas para crianças com deficiências essa liberdade de existência era ainda pior pois boa parte de surdos, deficientes físicos ou intelectuais eram assassinados, jogados de penhasco segundo STROBEL (2016), de mesmo modo até pouco tempo em sociedades e povos originários da América lática bebês considerados como “defeituosos” eram enterrados vivos. Nos tempos atuais com instrumentos legais como o Estatuto de defesa da criança e do adolescente o ECA que diz:

“Art. 5º e Art. 15 - A criança com deficiência tem direito à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, inclusive institucional.”(PLANALTO, [Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990](#))

Esse cenário vem mudando porém ainda tende a estar impregnado a mesma mentalidade animalesca no inconsciente coletivo brasileiro como o ATLAS da violência de 2025 bem retrata:



Fonte: Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. Notas: 1- Não inclui as violências registradas em que o autor presumido é a própria vítima. 2- Se um indivíduo tiver mais de uma deficiência, ele será contado em todas elas, seja na notificação da violência, seja na população. 3- Microdados do Sinan referentes a 2023 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2025. A categoria misto inclui mais de um grupo de violência.

(Fonte: Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. Atlas da Violência 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>)

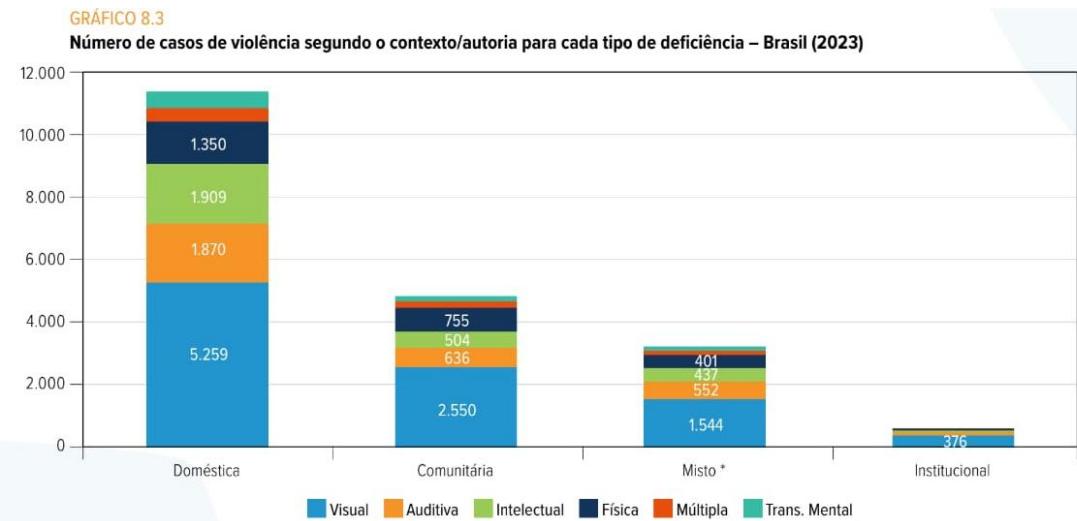
O estudo produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2025 ainda revela que:

Pessoas com deficiência estão mais suscetíveis à violência do que aquelas sem essa característica e as crianças com deficiência são as mais vulneráveis: o risco é 3,7 vezes maior para qualquer tipo de violência, 3,6 vezes maior para violência física e 2,9 vezes maior para violência sexual. Crianças com deficiências mentais ou intelectuais são as mais expostas, com um risco 4,6 vezes maior de sofrer violência sexual. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, P.92,2025)

Ou seja as crianças estão mais vulneráveis em aspectos sociais e biológicos a sofrerem violências mas desses aquelas com deficiências são ainda vista como inanimados com menos capacidade ainda de se defender ou denunciar os diversos tipos de violências que aqui iremos discriminar conforme as definições de CRUZ, SILVA e ALVES (2007) segundo categorização da UNESCO:

- a) Violência direta (física, sexual, negligência): pode resultar em danos irreparáveis à vida do indivíduo, como na saúde, na liberdade e consequentemente na vida;
- b) Violência indireta: representada por ações coercitivas ou agressivas que impliquem em prejuízo psicológico ou emocional;
- c) Violência econômica: abrange prejuízos causados ao patrimônio, à propriedade, principalmente os resultantes dos atos de delinquência e criminalidade contra os bens, tais como o vandalismo;
- d) Violência moral ou simbólica: alcança as relações de poder interpessoais ou institucionais que cerciam a livre ação, pensamento e consciência do indivíduo. É centrado na idéia da violência pela autoridade. (CRUZ, SILVA, ALVES, P.3, 2007)

Das quais os autores FERRO, OLIVEIRA e CASANOVA (2023), atualizam as seguintes possibilidades de execução são elas: “Violência auto-infligida podendo ser, comportamento suicida e ou agressão auto-infligida; Violência interpessoal que pode ser violência de família e de parceiros íntimos e ou violência na comunidade; e por fim a Violência coletiva que são violências sociais, políticas e econômicas” destas seguindo a ótica e números desvelados na pesquisa do ATLAS 2025:



(Fonte: Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. Atlas da Violência 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>)

Destacamos as com maior números de casos, as violências diretas e interpessoais domésticas que podem ser elas definidas como:

**- Violência Física:** corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança, é toda a ação que causa dor física, desde um simples tapa até o espancamento fatal. Geralmente os principais agressores são os próprios pais ou responsáveis que utilizam essa estratégia como forma de domínio sobre os filhos.

**- Violência Sexual:** é todo o ato ou jogo sexual entre um ou mais adulto e uma criança ou adolescente, tendo como finalidade estimular sexualmente esta criança/adolescente ou utilizá-lo para obter satisfação sexual. É importante considerar que no caso de violência, a criança e adolescente são sempre vítimas e jamais culpados e que esta é uma das violências mais graves pela forma como afeta o físico e o emocional da vítima.

**- Violência Psicológica:** é toda interferência negativa do adulto sobre as crianças formando nas mesmas um comportamento destrutivo. Existem mães que, sob o pretexto da disciplina ou da boa educação, sentem prazer em submeter os filhos a vexames. Sua tarefa mais urgente é interromper a alegria de uma criança através de gritos, queixas, comparações, palavrões, chantagem, entre outros, o que pode prejudicar a autoconfiança e autoestima.

**- Negligência:** pode ser considerada também como descuido, ausência de auxílio financeiro, colocando a criança e o adolescente em situação precária: desnutrição, baixo peso, doenças, falta de higiene. (FERRO, OLIVEIRA e CASANOVA, P. 5, 2023)

Desse modo compreendendo esses dados, definições, normas protetivas e a própria realidade brasileira noticiada cotidianamente esclarecemos a urgência de enxergar essas questões no âmbito educacional e pensar pedagogicamente considerando esses aspectos sofrido por esse público também, pois conforme afirma AZEVEDO e GUERRA (1998) essas violências vividas ou presenciadas frequentemente podem afetar não só a aprendizagem de uma criança ou adolescente, mas também o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros, pois cognição e afetividade estão interligados.

### **3.3 Quais os impactos da exposição a violência na alfabetização de crianças com deficiências segundo pesquisas psicosocioemocionais e da neurociência do trauma:**

Ao longo da história da pedagogia psicólogos, pedagogos e neurocientista se debruçaram sobre o desenvolvimento infantil, recentemente o neurocientista francês Stanislas Dehaene em seu livro *Os neurônios da leitura* (2021), revelou por meio de experiências com exames de imagens o que antes já havia sido levantado por Emília Ferreiro e Magda Soares a respeito de como o cérebro infantil aprende a ler, demonstrando que a aprendizagem se dá movendo as áreas visuais e da memória do cérebro, em hemisfério esquerdo principalmente, identificando imagens e as associando aos sons memorizados, porém o que poucas pesquisas demonstram é a associação desse evento de alfabetização com os danos que a memória infantil como um todo podem sofrer. Algumas crianças com deficiências como visual e surdez profunda de nascença demonstram nos exames de imagem que utilizam aquela área do cérebro agora disfuncional para realizar outras funções as tornando mais aptas, já em casos de deficiências físicas, intelectuais ou psicoemocionais áreas responsáveis pela cognição podem ser diretamente afetadas mas também redimensionada, assim o cérebro humano está sempre se adaptando para aprender:

Essa aprendizagem envolve processos visuais, fonológicos, semânticos e linguísticos, o que demanda esforços cognitivos, além de um ensino sistemático e adequado. Nesse processo, aprender a decodificar as palavras, isto é, fazer a conversão de grafemas em fonemas, é condição necessária.

(SILVA DM, BARRETO GV, P.9, 2021)

No entanto determinados traumas físicos e emocionais podem causar grandes bloqueios nesse processo em sua maioria irreversíveis sem os tratamentos adequado, como afirmam a pesquisa em neurociência de TEICHER, ANDERSEN, POLCARI, ANDERSON e NAVALTA (2002):

A forma final do cérebro e seus padrões de conexão serão esculpidos pela experiência. ... O excesso de sinapses aumenta o repertório de comportamentos que a criança e o adolescente poderão adotar. Quanto mais sinapses, maiores as chances do sistema nervoso funcionar de acordo com as exigências do meio ambiente. Portanto, essa condição se presta à aquisição de novas informações e habilidades sociais.... Desse modo, as consequências de experiências deletérias ou inadequadas podem ser duradouras ou mesmo irreversíveis. (TEICHER et al, P.4,5,6. 2002)

Atualmente em meio aos processos escolarizantes algumas normativas como a BNCC tem intentado em atrelar a relação emoções e aprendizagem conforme o psicólogo Henri Wallon defendia, porém na realidade pouco se aceita que muitos estudantes não possuem dificuldades outras de aprendizagem de nascença, ou ainda que suas deficiências são incapacitantes, ao invés de investigar as possíveis violências e traumas que interferem o comportamento e a aprendizagem dessas crianças, porém em pesquisa também com bases pisco-socioemocionais e neurocientíficas a autora ELIENE SOARES (2020) desvenda o que de fato ocorre nos nossos cérebros, em contato com a violência traumática que segundo a mesma é o que em sua maioria enquadra as dificuldades cognitivas do alunado atual:

Dentro desse contexto, comprova-se em pesquisas que quando a criança ou adolescente se depara com a emoção semelhante a que reviveu no trauma, liberam o hormônio cortisol na corrente sanguínea, disparando a reação fisiológica de luta ou fuga, que pode levá-lo a uma fadiga física e consequentemente a uma dificuldade de concentração. Então o processo de aprendizagem fica comprometido, pois a atenção e a concentração são fatores essenciais à aprendizagem, visto que permite o ciclo coerente de ideias bem como a elaboração de conclusões. Assim, se a concentração estiver comprometida, as ideias não apresentam uma relação lógica, se resumindo apenas a palavras soltas, pois a memória nesse contexto será afetada, dado que elas se compõem de linguagem ou emoção. (SOARES, P.24,2020)

Diante dessas evidências podemos correlacionar que o cérebro traumatizado com ou sem deficiências possui suas capacidades de memória, cognição e controle necessários para o processo de alfabetização e de aprendizagem como um todo, sendo um trabalho dificultado que carece de práticas e atenções multifuncionais específicas, porém conforme essa pesquisa bem revela essas análises não foram concluídas em suas diversas implicações para cada tipo de deficiência durante o desenvolvimento infantil, mas já pode-se demonstrar desde então a estreita relação entre emoções e aprendizagem ou traumas decorridos do sofrimento de violências e exposição continua a mesma e as dificuldades de aprendizagens ao ser humano

como um todo, com vulnerabilidade demasiada ao público PCDs pouco visualizado por essas pesquisas e abordagens na sala de aula que como TORRES (2021) afirma, não está preparada para educar segundo a realidade atual:

Os referenciais teóricos que sustentam a conexão entre os aspectos sociais, emocionais e cognitivos no processo de ensino e aprendizagem apontam que o panorama educacional do Brasil durante muito tempo, esteve fundamentado em paradigmas tradicionais que viam as práticas educativas focadas na reprodução fragmentada do conhecimento. Consequentemente, a escola também seguiu essa abordagem, repassando, em sala de aula, os conhecimentos construídos, sem se importar com a formação humana integral. (TORRES, P.3, 2021)

#### **4. ANÁLISE DE DADOS: O que essas discussões contribuem para a realidade atual:**

##### **4.1 Categoria 1: Alfabetização de crianças com deficiências:**

Foram encontrados 3 trabalhos de pesquisa são eles: A importância da literatura infantil no processo de alfabetização e letramento de alunos portadores de necessidades especiais ALVES e PALOMA (2021), Alfabetização de crianças com deficiência matriculadas na rede regular de ensino- MENDES e SCHMIDT (2016),Métodos didáticos de construção da autonomia na alfabetização e letramento de alunos com necessidades especiais: uma revisão da literatura MENDES e SCHMIDT (2016), dos quais se seguirá breves resumos e síntese do que podem contribuir com o objetivo de delinear como se dá o processo de alfabetização de crianças com deficiências em cada especificidade.

ALVES E PALOMA (2021) se pretendem a demonstrar principalmente o papel da literatura infantil no desenvolvimento pleno da criança com deficiência, assim as autoras apresentam teóricos que reforçam como o letramento de modo lúdico permite explorar emoções, identidade, criatividade e linguagem, e que por meio do faz de conta pode gerar uma visão crítica do mundo real, estimulando ainda oralidade, a escuta ativa, a imaginação, o vocabulário e bom manejo da língua escrita facilitando a aquisição da mesma, sendo assim função do educador usar essa prática como ferramenta de inclusão, para tal as pesquisadoras reconhecem que se faz necessário formações específicas para os profissionais e a plena cooperação da família, mas apesar do trabalho fomentar o processo de auto identificação por meio da imaginação que a literatura gera, desenvolvendo assim aspectos necessários para uma alfabetização funcional as autoras ainda trazem consigo uma abordagem e olhar sobre o público escolhido, tentando fugir da visão patológica porém demonstrando aspectos capacitistas ao ponto que escolhem denominar a própria pesquisa com: “*portadores de*

*necessidades específicas*” conforme afirmam “Uma escola inclusiva deveria ser denominada de escola para todos, pois esta sim está aberta totalmente para que qualquer pessoa possa ter uma educação digna, sem ser necessário estudar em uma “escola especial””. (ALVEZ et al. P. 4. 2021).

Esse termo inclusive reformulado por lei, já que a diferença que as deficiências trazem são de condições de viver e ver o mundo e não de subalternidade em detrimento dos demais, já que todos temos necessidades específicas diversas e subjetivas, e de igual modo não podemos possuir o que somos.

Já no estudo de caso em campo realizado por MENDES e SCHMIDT (2016) que apresenta os resultados de uma investigação das práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização de crianças com deficiência na realidade da educação pública regular “inclusiva”, analisando duas escolas e duas crianças diferentes, demonstrando assim a real ausência de adaptações pedagógicas próprias para a inclusão da aprendizagem das mesmas, um foco em atividades repetitivas com pouca ou nenhuma contextualização ou ação específica de intervenção as dificuldades ou compreensões das alunas, pelo contrário foi constatado isolamento e exclusão social e pedagógico das alunas que possuíam deficiências múltiplas e mentais, pouco ou nenhum uso de recursos lúdicos e tecnológicos, devido a rotina docente sobre carregada e falta de formação adequada a compreender as especificidades, assim esse trabalho traz consigo uma denuncia muito diferente da imagem utópica e totalmente deslocada do cenário brasileiro real da aprendizagem e socialização de estudantes com deficiências, conforme as autoras dizem:

Não havia situações que as instigassem a pensar sobre a escrita e leitura no contexto social. Conclui-se, portanto, que as crianças sujeitos da pesquisa não estão alfabetizadas, e com as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas dificilmente irão se apropriar da leitura e da escrita. Estas não aparecem na prática pedagógica realizada nas duas turmas como prática social. Aparecem como práticas desarticuladas da realidade das crianças, talvez por falta de condições de trabalho e de formação dos professores e equipe pedagógica, assim como da inadequação dos espaços da sala de aula e das atividades propostas para esses alunos. (MENDES et al, P. 16,2016)

Contudo SOUZA (2024) traz consigo um meio termo nas visões desses trabalhos encontrados, pois apesar de se utilizar da nomenclatura já criticada aqui, “necessidades especiais”, e de defender os moldes atuais da educação inclusiva traz em sua pesquisa abordagens e metodologias de autonomia e integração que de fato incluem maior parte das deficiências e na verdade torna o aprendizado atrativo para qualquer estudante, aliado a formação docente necessária e escassa para tais realizações lembrando a realidade burocrática

pública, e a falta de infraestrutura e de articulação entre família, escola e uma equipe multidisciplinar, compreendendo a necessidade de alfabetizar letrando, atrelando a ludicidade, uso de tecnologias assistivas, jogos pedagógicos, gamificação, apresentações e projetos culturais, e como esses métodos já se mostram eficazes segundo a sua análise literária realizada, conforme ela destaca:

As novas tecnologias representam uma ampliação significativa das práticas pedagógicas, as quais possibilitam a construção de estratégias de ensino com formato personalizado aos diversos estilos de aprendizagem, proporcionando o processo de inclusão dos alunos com deficiência, valorizando suas habilidades e subjetividades. A capacitação dos professores é um ponto importante na discussão. (SOUZA, P. 12, 2024)

Sendo assim os trabalhos analisados refletem diferentes visões a respeito de como de fato tem se dado na atualidade o processo de alfabetização no ensino inclusivo para crianças com deficiência, desde a visão da debilidade desse modelo e sua ineficácia em de fato garantir aprendizagem, até as idealizações de que todos podem aprender do mesmo modo, até um meio termo que assume flexibilizações nesse sistema atual, contudo todos reconhecem a necessidade de trabalho e trato específico e subjetivo a cada aluno e suas deficiências e vivências respeitando suas particularidades cognitivas, físicas, sensoriais e emocionais, mesmo ainda associando todas as suas dificuldades unicamente a sua condição. Em suma definem as seguintes práticas como o ideal para de fato garantir a alfabetização de crianças com deficiências, salvaguarda os casos de cegos que necessitam de alfabetização por meio do Braille e dos surdos que por meio de uma alfabetização bilíngue de fato alcançam melhor as aprendizagens necessárias não mencionados, as autoras determinam: adaptação de materiais para cada deficiência, abandono de práticas tradicionais, uso de jogos, tecnologias assistivas, literatura infantil, elemento lúdicos, visuais e sensoriais e mediação do professor. Sendo assim, as pesquisas defendem que a escola pode se tornar a principal instituição de inclusão e valorização social sendo um espaço de reparação e fortalecimento emocional promovendo o desenvolvimento da autoestima, da linguagem e da cidadania do sujeito PCD.

#### **4.2 Categoria 2: Violência contra crianças com deficiência**

A respeito da segunda categoria foram analisados 2 trabalhos, violência e deficiência: evidências e implicações para futuras pesquisas CRUZ, SILVA e ALVES (2007) e Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso MENDES, SCHROEDER e DENARI (2020), pesquisas com metodologias diferentes mas que se propõem a tratar da temática delineado nessa análise o qual segue resumo de ambos visando responder o objetivo de definir quais e como se dão as violências que mais afetam crianças com deficiência.

CRUZ, SILVA e ALVES (2007) realizaram uma pesquisa bibliográfica em busca de demonstrar um ciclo vicioso entre a violência e as deficiências, como uma se torna fonte causal de outra, se propõem ainda em demonstrar intervenções por meio da educação especial e da saúde, assim os autores delineiam bem as definições das multiformes violências que cercam a vida de pessoas com deficiências apontadas em seu trabalho como crianças com deficiências possuem 70% mais chance de serem abusadas, ou seja são mais vulneráveis às violências, sexuais, psicológicas, negligência, moral, simbólica e estrutural sendo violentadas no espaço intrafamiliar ou coletivo pelo próprio sistema institucional como no ambiente da escola ou do Estado quando não possuem seus direitos garantidos. Assim também elas demonstram o histórico que influência o inconsciente social da visão menosprezante sobre esse público, desde os infanticídios da Grécia antiga, ao uso deles em experimentos científicos em toda a era moderna, e esterilização em massa no século XX nos EUA ou ainda o enclausuramento do mesmos em casas ou em clínicas psiquiátricas conhecidas como sanatórios, como ainda se encontram em alguns casos nos dias atuais.

Um destaque interessante dessa pesquisa foi o fato da abordagem das violências vividas no período gestacional de algumas mães e como elas podem gerar alguns cenários para o surgimento das deficiências ou doenças causadoras das mesmas e como essas crianças tendem desde a sua infância a sofrerem outras violências por serem como são e assim um ciclo de adoecimento e de dores tendem a cercar as vidas e famílias de pessoas com deficiências, para intervenção da problemática, a conclusão do trabalho sugere a capacitação de professores e profissionais da saúde para identificação e tratamento correto dos sinais de violência e a criação de programas de intervenção comunitário e familiar específicos para crianças com deficiências.

A abordagem dos autores MENDES, SCHROEDER e DENARI (2020) foi mais prática ao acompanharem a realidade escolar de um adolescente com deficiência física, denunciando assim as violências múltiplas e sistemáticas sofridas pelo jovem acompanhado na pesquisa e por tantos outros em âmbitos sociais e governamentais, sendo essas, verbais, exclusão, violação de direitos e bullying, termos como “o louco da APAE” foram presenciados e relatados no trabalho e como o estigma social da relação entre deficiência e loucura, culpabilizando as pessoas pelo que elas são ou têm, assim eles retratam o impacto emocional e educacional causado fazendo com que o adolescente quisesse desistir dos estudos, pois nem mesmo apoio institucional especializado era encontrado nas figuras dos professores e gestores da escola. A situação mudou a partir da atitude da pedagoga da escola em debater o

tema em sala de aula o que gerou as conclusões do artigo de que a mediação de conflitos, a conscientização e a escuta ativa da vítima e de todos os componentes gera um diálogo apaziguador, porém também destacam a escassez de estudos e formações que trate de violências contra pessoas com deficiências o que traz essa desinformação para o ambiente institucional, por mais que muitos profissionais e estudiosos considerados PCDs, atípicos, surdos e cegos permaneçam lutando por visibilidade, como eles descrevem:

Violência contra pessoas com deficiência é qualquer ato violento físico, psicológico, sexual, simbólico ou envolvendo negligência direcionado a uma PCD. Esse grupo, historicamente, tem sido vítima de diversos fenômenos violentos, fenômenos muitas vezes motivados pelo desnível de poder no qual se encontram em relações sociais com as demais pessoas. Essa população, muitas vezes, apresenta maior vulnerabilidade, além de serem frequentemente invalidadas em suas tentativas de reverter situações de violência e de opressão (MENDES, SCHROEDER e DENARI, P. 4, 2020)

Em suma ambos os trabalhos retratam que as violências que mais afetam as crianças com deficiências em sua maioria são as violências domésticas e institucionais, a respeito dos impactos sobre a vida, o desenvolvimento e a aprendizagem de modo geral, são destacados, interferências na capacidade de atenção, memória e linguagem, dificuldades na formação de vínculos afetivos, baixa na motivação e no engajamento escolar e no desenvolvimento neurológico com alterações estruturais no cérebro, complementando conforme CRUZ, SILVA E ALVES (2007):

Tem-se percebido por meio das investigações que os sintomas de depressão, ansiedade, transtorno de stress pós-traumático, déficits de atenção e outros problemas de desenvolvimento necessitam ser avaliados para intervenção adequada às crianças e muitas vezes aos seus cuidadores. Estes, e outros problemas, que podem estar relacionados à violência intrafamiliar direta ou indireta, devem ser pesquisados pela possibilidade de dificultar a aprendizagem e desempenho da criança em suas atividades cotidianas. (CRUZ, SILVA e ALVES, P. 13, 2007)

## 5.CONCLUSÃO: Categoria 3, o início de um discussão

Diante de todo o exposto no presente trabalho podemos concluir que os primeiros objetivos específicos de demonstrar como se dá, ou como deveria, a alfabetização de crianças com deficiência no Brasil foi atingido, de igual modo descrever quais as violências que os afetam e como elas se dão e impactam suas vivências também, através tanto da fundamentação como da análise bibliográfica porém a escassez de materiais que fizessem a relação proposta na temática dessa pesquisa nos conduz apenas a um caminho de inferências teóricas, que posteriormente podem ser testadas, portanto com base nas pesquisas da área de

alfabetização na educação especial, psicogênese da leitura, teóricos pisosocioemocionais, psicopedagógicos e da neurociência dos traumas e da aprendizagem podemos descrever o impacto da exposição a violência na alfabetização e aprendizagem de crianças com deficiências como um início de novas discussões.

Segundo as bases das pesquisas de TEICHER et al (2013), os traumas gerados pelas violências impactam no quesito biológico diretamente o sistema límbico responsável pela administração das emoções, o cérebro em constante exposição e sofrimento se torna extremamente stressado e reativo pela má liberação do hormônio de defesa pessoal, cortisol que aumenta os níveis de stress que em excesso prejudica a comunicação entre o hemisfério esquerdo e direito com alterações no corpo caloso e nas própria conectividade neural, em alguns casos gerando inclusive diminuição na massa cerebral e do volume do hipocampo e afetando memória operacional ou seja a capacidade de manter informações, capacidade de atenção e de compreensão de linguagem, visual, auditiva e interpretativa extremamente necessárias nas aprendizagens básicas e muito mais na alfabetização como o fundamentado por DEHAENE (2012) o qual comprova que o cérebro humano se utiliza diretamente do córtex pré-frontal e do lado dominante do cérebro responsável pela linguagem falada associando imagens e sons ligando tudo ao lóbulo temporal e ao sistema límbico através das emoções e memórias sensoriais trazidas nessa aprendizagem.

Assim também os autores da análise principalmente os trabalhos de CRUZ, SILVA E ALVES (2007) MENDES, SCHROEDER e DENARI (2020) e MENDES e SCHMIDT (2016), demonstram que no quesito sócio emocional e pedagógico, as diversas violências as quais mais afetam crianças com deficiências, podem causar um agravamento das dificuldades de aprendizagem e de obtenção de uma língua escrita e da comunicação através da mesma e um distanciamento a busca ativa dos seus direitos, vulnerabilidade amplificada para vivenciar violência em outros ambientes dado aos possíveis adoecimentos emocionais, dificuldades de comunicação e expressão emocional, aversão a escola e interação social e comprometimento da autoestima e da motivação pessoal, o que por consequência faz com que pareça de fato que essas PCDs são mais indefesos e que não buscam o que necessitam o que agrava o estigma cultural e o desassistencialismo público acobertado pela sociedade conivente com esse ciclo desumanizante.

Concluimos por tanto que de fato a exposição e vivência constante com violências sexuais, físicas, psicológicas, negligências entre outras que foram descobertas ao longo dessa

pesquisa como a institucional e simbólica impactam negativamente diretamente no processo de alfabetização de crianças com deficiências e em sua vida como um todo, sendo um fator orientador de como esse grupo é visto e tratado socialmente, e a partir dos dados apresentados podemos apontar a responsabilidade tanto da perpetuação dessas violações como da superação desse cenário criminoso, a sociedade como um todo, fatores culturais que são reforçados ou abandonados, a omissão ou presença e fiscalização as instituições governamentais, e a formação de profissionais educacionais, de saúde e ou culturais que lidam com crianças e que por vezes permanece desatenciosa a casos como os manifestados nessa pesquisa, fomentados por um sistema de ensino fragmentado e conteudista ao invés de verdadeiramente inclusivo e que valorize as diferenças equalizando a sociedade com as políticas e intervenções necessárias para a proteção e formação sujeitos, integral, humanizadora, olística e saudável em todos os aspectos, sendo assim não cabe apenas a escola a reparação devida, cabe a todos nós, dentro e fora de casa, é nosso papel não mais ignorar quem de fato precisa ser incluído, encorajado, protegido e reconhecido, precisamos olhar, perceber, dar voz, ouvidos e olhos para essas crianças e para todas as pessoas de fato, pois se nossos olhos forem bons todas as nossas ações assim os seguirão, assim esperamos, com fé e ações pedagógicas.

## 6.REFERÊNCIAS:

AMIRALIAN Maria LT, Elizabeth B Pinto, Maria IG Ghirardi, Ida Lichtig, Elcie FS Masini e Luiz Pasqualin **Conceituando deficiência** Rev. Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000 [ww.fsp.usp.br/rsp](http://www.fsp.usp.br/rsp)

BANDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** edição 70. 1977

BANOV, Tamires Teodora, BIANCHI, Karen Ferreira e SOUZA, Bruna Mendes. **O desenvolvimento socioemocional e as dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização.** FAM, Faculdade de America. 2020;

CAMPELO Costa Holanda, Maria Estela **Psicogênese da língua escrita: referência fundamental para a compreensão do processo de alfabetização** Revista Educação em Questão, vol. 53, núm. 39, septiembre-diciembre, 2015, pp. 186- 217 Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Brasil

CRUZ, Daniel Marinho Cezar, SILVA, juliana Testa, ALVES, Heliana Castro. **Evidências sobre sobre violência e deficiência: Implicações para futuras pesquisas.** 2007

ENTREVISTA PROFESSOR CAPOVILLA:

[https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alfabetizacao-de-alunos-com-deficiencia-o-que-dizem-as-evidencias-cientificas/?utm\\_source=perplexity](https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alfabetizacao-de-alunos-com-deficiencia-o-que-dizem-as-evidencias-cientificas/?utm_source=perplexity)

FERRO, Luiz Roberto Marquezzi. OLIVEIRA, Aislan José. CASANOVA, Gabriele Bueno. **OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**. 2023

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**DECRETO N° 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999:**  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2015): <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hugg-unirio/comunicacao/noticias/disturbios-de-aprendizagem-2013-o-que-e-e-como-identificar>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 2009

**PANORAMA UNICEF:**

<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-lethal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>

**PNAD 2022:** <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/pela-primeira-vez-pnad-continua-reune-e-disponibiliza-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia>

**PESQUISA OMS:** <https://veja.abril.com.br/saude/pesquisa-indica-que-86-dos-brasileiros-tem-algum-transtorno-mental/#:~:text=Novos%20dados%20mostram%20que%2086%%20dos%20brasileiros,algum%20transtorno%20mental%2C%20como%20ansiedade%20e%20depress%C3%A3o.&text=Outros%20dados%20recentes%20mostram%20que%2049%%20dos,realizada%20pela%20Talenses%2C%20uma%20empresa%20de%20recrutamento.>

**PESQUISA IBGE 2022:**

[https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/05/17/brasil-ainda-possui-114-milhoes-de-analfabetos-afirma-ibge.htm#:~:text=O%20Brasil%20possui%2011%2C4,\(IBGE\)%20referente%20a%202022.](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/05/17/brasil-ainda-possui-114-milhoes-de-analfabetos-afirma-ibge.htm#:~:text=O%20Brasil%20possui%2011%2C4,(IBGE)%20referente%20a%202022.)

ROCHA, Jeane Carozo. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: DISTÚRBIOS MENTAIS E TRAUMAS PSICOLÓGICOS COMO RESPONSÁVEIS. Educon, Aracaju, Volume 13, n. 01, p.1-13, set/2019 | [www.educonse.com.br/xiiicolloquio](http://www.educonse.com.br/xiiicolloquio)

SILVA, N. M; ARAGÃO, R. F. **Observação como prática pedagógica no ensino de Geografia**. V.3, n. 6. Fortaleza: Geosaber, 2012;

- SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da alfabetização.** Cadernos de pesquisa, n. 52, p. 19-24, 1985;
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: Caminhos e descaminhos.** Artigo publicado pela revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora;
- SANTANA, Katiane Cardoso. **A EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19.** 2021;
- SOARES. Eliane Pantoja. **ASSOCIAÇÃO ENTRE TRAUMAS E O FUNCIONAMENTO COGNITIVO, APRENDIZAGEM.** Macapá. 2020
- STROBEL, Karin. **História da educação para surdos.** Universidade federal de Santa Catarina; 2016.
- STANISLAS DEHAENE. 2012. *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler*, Porto Alegre, Penso.(traduzido por Leonor Sciliar-Cabral, título original: Les neurones de la lecture), 374 pp.ISBN 978-85-63899-44-6
- SILVA, Amanda Vitorino.REIS, Jessika Nascimento. **A RELAÇÃO ENTRE AFETIVIDADE E ENSINO APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE HENRI WALLON.** São Luís dos Montes Belos. 2023
- SILVA, DM. BARRETO, GV. **Contribuições da neurociência na aprendizagem da leitura na fase da alfabetização.** 2021
- Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. **Atlas da Violência 2025.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.b>
- TORRES, Fabrícia Arantes. **O impacto das habilidades socioemocionais no aprendizado e ao longo da vida.** RCBSSP, Goiânia, n. 2, v.2 ago/dez. 2021.
- TEICHER, Martin. H.SAMSON, Jacqueline. A. **Childhood maltreatment and psychopathology: A case for ecophenotypic variants as clinically and neurobiologically distinct subtypes.** Department of Psychiatry, Harvard Medical School and Developmental Biopsychiatry Research Program, McLean Hospital, Belmont, *Am J Psychiatry*. 2013 October 1; 170(10): 1114–1133. doi:10.1176/appi.ajp.2013.12070957.

**Núcleo de Formação Docente  
Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Débora Karoline Silva dos Santos

**Exposição às violências físicas, sexual, psicológica e negligências, suas implicações no processo de alfabetização de crianças com deficiências: Uma análise bibliográfica de pesquisas psicosocioemocionais e neorocientíficas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na modalidade ARTIGO, como requisito parcial para a obtenção do título de LICENCIADO(A) EM PEDAGOGIA.

Aprovado(a) em: 07/08/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Thiago Ramos de Albuquerque  
Orientador(a) NFD/UFPE.

---

Profa. Dra. Ana Maria de Barros  
Examinador(a) interno(a)-NFD/UFPE.

---

Profa. Dra. Maria Joselma do Nascimento Franco  
Examinador(a) interno(a) NFD/UFPE

---

Prof. Dr. Alexandre Viana Araujo  
Examinador(a) interno(a)-NFD/UFPE.